

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

AUDIÇÃO REGIMENTAL

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

16 DE ABRIL DE 2020

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados,

Esta audição regimental reveste-se, por força das circunstâncias sem precedentes que o país e o mundo atravessam, de um caráter também ele extraordinário.

Porém, considero que devemos, na medida do possível, manter a normalidade. Essa normalidade é ainda mais relevante no funcionamento das instituições democráticas, que são o garante último dos valores que defendemos no nosso modo de vida coletivo. Assim, faço uma saudação

especial ao trabalho que continua a ser desenvolvido no Parlamento e, em particular, às deputadas e aos deputados que integram a Comissão de Orçamento e Finanças.

Fomos subitamente envolvidos numa crise sanitária que, para além do sofrimento pessoal que direta ou indiretamente causa a tanta gente, colocou todos os agentes económicos em todo o mundo numa situação de incerteza nunca experimentada em tempo de paz. E se há um elemento nocivo ao desenvolvimento e crescimento económico ele é, precisamente, a incerteza.

O Estado encontra-se, também ele, numa situação de procura diária de novas respostas para novos e exigentes desafios de modo a proteger os pilares da nossa sociedade: as famílias, as empresas e as instituições. Mas nestes contextos o Estado é, e este aspeto é fundamental, o agente com maior capacidade de introduzir confiança na vida dos portugueses. E deve fazê-lo não perdendo de vista aquilo que é o médio prazo, porque as respostas de curto prazo não podem esgotar, nem condicionar, de forma tantas vezes redutora, a nossa capacidade futura.

Assim, e para além das ações implementadas em várias áreas governativas, com foco essencial na questão da saúde pública, o Governo adotou também

medidas com o objetivo de assegurar o rendimento das famílias, por um lado, e a preservação da capacidade produtiva das empresas, por outro lado, para que o regresso da economia à normalidade se faça com a maior brevidade e a maior regularidade e segurança mas também em condições de liquidez, que permita um arranque em condições efetivas. Porque se este continua a ser, acima de tudo, o tempo da saúde temos, como disse, igualmente de preparar o futuro.

Enfrentamos esta crise em condições bem diferentes de momentos anteriores. Portugal teve o seu primeiro excedente orçamental em 2019. Portugal cresceu mais de 20 trimestres consecutivos. A redução do endividamento - de todos os setores da economia portuguesa, todos - atingiu uma redução de cerca de 90 p.p. do PIB, desde os valores mais elevados no pico da anterior crise. E o investimento estava a crescer e a retomar valores compatíveis com a ambição que temos para a economia portuguesa.

Esta não é, como todos sabemos, uma crise de origem económica ou financeira. Não existiam desequilíbrios na generalidade das economias europeias. As contas externas portuguesas melhoram há mais de 5 anos. A

nossa economia criou mais emprego do que qualquer outra na Europa nos últimos anos.

Esta crise não se deve a desequilíbrios estruturais. Não se deve às finanças públicas, nem às privadas. Nem ao funcionamento mais ou menos eficiente dos mercados.

Mas isso não quer dizer que não atinja a economia e as finanças. Atinge e com uma dimensão inóspita e sem precedente. Tudo o que estamos a viver é inédito na história moderna.

Por isso, na primeira linha respondemos à crise sanitária e ao mesmo tempo preparamos a reação de curto-prazo, curtíssimo-prazo mesmo, aos rendimentos e liquidez de trabalhadores e empresas. Protegendo a capacidade do país de responder às diferentes fases desta crise, em particular na fase de recuperação.

Destaco duas grandes linhas que nos permitem, na primeira fase - e sublinho na primeira fase de resposta -, e em complemento a outros estabilizadores automáticos que já existiam, amortecer o choque que enfrentamos: a primeira traduzida no ajuste à atual conjuntura das responsabilidades

perante a banca de famílias, empresas, trabalhadores independentes e instituições do terceiro setor; a segunda linha que gostaria de destacar respeita à resposta imediata no domínio da fiscalidade.

As moratórias têm como objetivo proteger as famílias portuguesas mais afetadas no seu rendimento no que respeita a crédito à habitação. E proteger as empresas que em consequência da pandemia estão a registar quebras nos negócios. Permitindo a umas e outras adiar o pagamento das suas responsabilidades perante as instituições financeiras durante este período. O Governo pretende assim garantir a continuidade do financiamento às famílias e empresas e prevenir incumprimentos decorrentes da quebra inesperada de rendimentos no atual contexto pandémico.

No domínio fiscal, a resposta imediata está assente na preocupação de garantia de liquidez às empresas. Para que possam continuar a garantir o emprego e, com isso, o rendimento das famílias e a capacidade produtiva do país, bem como a preocupação de flexibilizar no tempo e no modo o cumprimento de obrigações, tendo em conta o contexto especial que vivemos que condiciona famílias e empresas.

Todas as obrigações declarativas e de pagamento em sede de IRC foram transferidas para o terceiro trimestre. As obrigações fiscais de pagamento que se vencem no 2.º trimestre foram objeto de flexibilização do seu cumprimento, por via do pagamento fracionado em três ou seis prestações sem juros. As execuções fiscais foram suspensas e, com isso, foram suspensos os pagamentos de planos prestacionais em curso, bem como penhoras de salários e contas bancárias. Aproveitámos o enquadramento europeu e fomos dos primeiros Estados-Membros a levantar a franquia aduaneira e a isentar de IVA as importações de equipamentos de proteção individual e dispositivos médicos para o SNS.

Estamos a fazer um grande esforço de tesouraria do Estado em prol da tesouraria das empresas para, com isso, sublinho, continuar a assegurar o rendimento das famílias e a capacidade produtiva do país tão necessária quando entrarmos numa nova fase.

Os apoios ao tecido empresarial complementam-se com o acesso a linhas de crédito, que têm sido sucessivamente alargadas em termos setoriais e nos seus montantes financeiros. Neste momento são mais de 3 mil milhões de euros de crédito garantido a novos empréstimos.

Esses apoios estendem-se também à enorme rede de proteção social e do emprego, que tem como dimensão mais relevante o regime simplificado de lay-off, que até ao momento já protegeu mais de um milhão de empregos em Portugal.

Na área da saúde, não temos poupado esforços que, com a cooperação de todos os profissionais de saúde, tem resultado numa resposta excecional do nosso SNS.

Creio que todos nos sentimos orgulhosos do SNS e dos seus profissionais, a quem aproveito mais uma vez para agradecer o esforço e dedicação. Em especial para aqueles que trabalham em unidades diretamente associadas com a COVID-19. Mas nada disto teria sido possível sem o esforço que fizemos entre 2015 e 2019, onde a execução financeira da saúde aumentou 25%.

Foram mais 1.600 milhões de euros todos os anos no SNS.

Em 2020, o SNS teve o maior aumento do seu orçamento inicial de sempre, de perto de mil milhões de euros. Chegámos a 2019 com mais 15.000 profissionais nesta área. Além deste reforço consistente ao longo destes mais de quatro anos, logo no início desta crise foi aprovado um diploma que agiliza

tanto a aquisição de bens e serviços como a contratação de pessoal para o SNS.

A saúde, e o SNS em particular, não são para nós um tema do dia; são uma prioridade em que apostámos ao longo dos últimos 4 anos.

À data de hoje, este é o nosso vasto quadro de ação.

A evolução da situação, que como sabemos é em si incerta e acima de tudo não antecipável, poderá ditar ajustamentos nos quais continuaremos a trabalhar e a apresentar no seu devido tempo. Estaremos, portanto, atentos, atuando da forma que for necessária e certos de que tudo faremos para mitigar o impacto da situação que hoje vivemos.

Temos hoje de proteger a capacidade de ação do Estado, das empresas e das famílias. A par da saúde, esta tem sido a nossa prioridade na ação. Mas tal como a pandemia é global, também nos deve compelir a todos para agir no seu combate e na reação que todos devemos ter perante uma rigorosa implementação das medidas agora em curso. Na saúde, como na economia, o abuso e a má utilização dos instrumentos disponíveis será hoje e no futuro paga por todos.

O mês de abril marca o arranque do Semestre Europeu, com a apresentação do Programa de Estabilidade, um documento que integra um conjunto de pressupostos macroeconómicos e de medidas políticas em relação às quais existe, à data de hoje, uma grande incerteza.

O Programa de Estabilidade de 2020, que em tempos normais teria sido apresentado à Assembleia ontem, terá assim duas alterações. Uma é em relação à data da sua apresentação, nos termos da proposta de lei hoje mesmo aprovada neste parlamento. A outra em relação à sua estrutura, que este ano, excecionalmente, e por proposta da Comissão Europeia, será distinta. Do Programa de Estabilidade a apresentar à Comissão Europeia será obviamente dado conhecimento prévio e atempado à Assembleia da República.

O outro ponto relevante tem que ver com o Orçamento do Estado. Já no decurso deste ano foi aprovado o Orçamento do Estado para 2020 que, aliás, e recorde, entrou em vigor há apenas duas semanas - muito pouco tempo no calendário, mas uma eternidade nos tempos acelerados que correm. Face a uma tão profunda alteração do cenário macroeconómico, mas também do âmbito de intervenção das entidades públicas, em ambos os casos numa

escala sem precedentes, já em ocasiões anteriores se admitiu a necessidade de se apresentar um orçamento suplementar, o que também não sucedia há muito.

Se a incerteza é inimiga da economia, a precipitação nas tomadas de decisão também o é, porque é inimiga das boas decisões.

Mas repito. O Estado é o agente com maior capacidade de desenvolver instrumentos para reduzir o impacto desta crise na economia neste momento. E será o agente privilegiado para desenvolver instrumentos para relançar a economia num futuro próximo. Reduzindo a incerteza. Aumentando a confiança. E deve, também, o Estado preservar essa capacidade para o futuro.

O quadro orçamental que se avizinha decorrerá também do desenvolvimento da discussão que os vários países europeus, e em particular os que integram a zona euro, têm vindo e continuarão a manter. A Europa conseguiu em apenas dez dias mobilizar um volume de 540 mil milhões de euros para apoiar no imediato não apenas os países da área do euro, mas também da UE. Um primeiro passo - mas imprescindível para criar uma rede de segurança que

não existiu na crise anterior - para o longo caminho que teremos de trilhar na recuperação da economia.

No final da última reunião do Eurogrupo, que permitiu acordar este pacote financeiro, disse aos meus colegas que não estávamos no fim da linha, antes pelo contrário, que tínhamos mais a fazer pela Europa e que iríamos fazer mais pela Europa. Como já tive oportunidade de dizer, esta é uma situação inédita.

A posição de Portugal é conhecida. Defendemos mais solidariedade, unidade e soberania europeias e a consideração de emissão de dívida conjunta, sobre a qual todos seremos comumente responsáveis. Como aliás já acontece no Mercado Único, trave mestra da nossa especialização económica.

A posição da Europa depende das posições dos Estados-Membros. Daqui resulta que é mais complexa, depende de equilíbrios e compromissos entre vários países com percursos, prioridades, abordagens e situações políticas diferentes. E todos estes países terão de consensualizar uma resposta robusta, comum, a este desafio que enfrentamos em conjunto, porque todos os países da Europa, todos sem exceção, seja qual for o ponto cardeal de referência, beneficiam, e muito, deste projeto, por vezes minorizado, mas

que é crucial para todos os povos que o integram. Estou certo de que mais uma vez estaremos à altura.

Mas não quero terminar sem reforçar uma mensagem de esperança alicerçada na verdade que temos obrigação de partilhar com os portugueses.

Portugal foi no final de 2019 o país que mais cresceu na Europa, 0,7% face ao terceiro trimestre do ano e 2,2% em termos homólogos; crescemos 23 trimestres consecutivos; uma progressão suportada num aumento continuado do investimento, das exportações, que ganharam quota no mercado internacional, mas também do consumo das famílias.

Um crescimento robusto, assente em vários setores, e que traduziu a aposta que o país fez nas últimas décadas no seu principal ativo, as pessoas. A taxa de desemprego em fevereiro foi de 6,5%. Registámos pela primeira vez na história da democracia portuguesa um excedente orçamental, que foi em 2019 de 0,2% do PIB.

Hoje estes números parecem distantes. Mas devemos - e temos obrigação - de fazer desta crise um fenómeno temporário. Os fundamentos da nossa trajetória recente mantêm-se, tornaram-se estruturais e há estruturas que

nem mesmo com uma grande crise são destruídas. O esforço para os recuperar será coletivo, como apenas dessa forma atingimos os quatro anos de convergência com a União Europeia.

Esta é uma interrupção que ninguém conseguia prever, que é dolorosa, porque tem um custo elevado em termos de vidas, mas também em termos de bem-estar, numa dimensão desconhecida para as nossas gerações. Estou certo de que a exigência e responsabilidade que Portugal demonstrou noutros momentos difíceis da história serão redobradas assim que chegarmos a um novo tempo.

A economia portuguesa irá contrair no segundo trimestre numa dimensão jamais vista, de tal forma que a queda deverá ser próxima de quatro vezes superior à do pior dos trimestres de recessão da crise anterior. Em 2020, perderemos uma parte significativa do nosso PIB, aquela que tanto esforço nos custou a ganhar nos últimos anos. Temos de retomar esse esforço. Com a mesma determinação. Estou convicto que em 2021 teremos assim uma recuperação robusta da economia.

As contas públicas estão equilibradas e, portanto, agora têm capacidade de dar resposta nesta fase muito difícil. **Com a mesma responsabilidade de sempre.**

Os portugueses voltarão a construir Portugal, com os instrumentos de política disponíveis, participando também na reconstrução da Europa, como temos feito sempre que enfrentamos este tipo de desafios.

É nessa esperança que assenta a nossa ação diária. É assim que vemos também a ação parlamentar.

Muito obrigado.